

OS DESAFIOS PARA UMA PRÁTICA INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

(1) Maria Gerlane Xavier do Nascimento; (2) Danny Priscila Araujo Medeiros; (3) Clara Viviane Claudino Henriques; (4) Aponira Maria de Farias

^{1,2} Faculdade Maurício de Nassau, Campina Grande, maria.gerlane.xavier@gmail.com, dannypriscilaa@gmail.com, clara.viviane@hotmail.com

³ Orientadora, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, aponira@yahoo.com

Resumo: Este artigo visa investigar as dificuldades para a efetiva inclusão de crianças com deficiência na escola regular. Pode-se perceber que pessoas com deficiência estão amparadas legalmente. Porém, garantir vagas para as crianças com deficiência no ensino regular não é garantia que elas estejam de fato incluídas. Ainda são muitos os desafios a serem enfrentados para a efetivação deste processo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir de uma revisão integrativa, nas bases de dados Scielo, Pepsic, BVS-Psi e Periódicos Capes, utilizando os seguintes descritores: “inclusão, criança com deficiência, deficiência, pessoa com deficiência, educação, educação inclusiva, crianças”. Foram utilizados como critérios de inclusão artigos científicos que estivessem disponíveis em português, publicados entre 2012 e 2017 e que abordassem a inclusão da criança com deficiência na escola. Foram excluídas as publicações que não estivessem disponíveis na íntegra e gratuitamente, que fossem meramente descritivos ou em outro idioma, os que foram publicados antes de 2012, que se referiam à inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho ou nos serviços de saúde e os trabalhos referentes à pessoa com deficiência em idade adulta. Foram encontrados 300 artigos, dos quais 36 foram selecionados após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, os quais foram categorizados e analisados a partir da análise temático-categorial. Os resultados e discussão foram apresentados em duas categorias: 1) Problemas para a inclusão efetiva e 2) Ações facilitadoras da efetiva inclusão. Foram incluídos 15 artigos no presente trabalho sendo 3 da base de dados Pepsic, 3 da BVS-PSI, 5 da Periódicos Capes e 4 da Scielo. Os resultados apontam que a legislação garante a entrada da criança com deficiência no ensino regular, bem como há uma mudança na forma da sociedade compreender a deficiência. No entanto, foram encontrados diversos obstáculos para a efetiva inclusão da criança com deficiência na escola regular: falta de preparo dos profissionais da educação, barreiras arquitetônicas, ausência de recursos de tecnologia assistiva e garantia da vaga para a criança com deficiência sem a preocupação com a socialização da mesma. Considerando-se a magnitude do assunto, sugerem-se novas pesquisas.

Palavras-chave: Criança com deficiência, educação inclusiva, inclusão, escola regular.

Introdução

O movimento de inclusão afirma que a criança com deficiência deve estar incluída no ensino regular, para que seja possível seu desenvolvimento e sua participação ativa na sociedade. Para isto, o professor deve promover a inserção da criança com deficiência nas atividades a serem desenvolvidas, bem como a criação de vínculos sociais entre ela e os outros alunos (ALVES & DUARTE, 2012).

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br

Embora a inclusão não seja uma proposta relativamente nova, existem alguns marcos que impulsionaram o surgimento da escola inclusiva: a Declaração de Salamanca, em 1994, a Declaração de Guatemala e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência (SOUZA & GOMES, 2015).

A escola configura-se como ambiente propício ao surgimento de laços sociais, pois atualmente as crianças passam um tempo significativo dentro do ambiente escolar, onde interagem com outras de idade semelhante. Desta forma, pode-se afirmar que a escola não é apenas um lugar onde ocorrem práticas educativas, mas também um processo de socialização. A escola inclusiva diminui preconceitos e discriminações sofridos pela criança com deficiência, resultando em respeito à diversidade (FACIOLA, PONTES & SILVA, 2012).

A premissa básica da educação inclusiva é que todas as crianças devem aprender juntas. Porém, para que isto se torne possível, faz-se necessária a mudança de paradigma, resultando em mudanças em todo o sistema educacional e conseqüentemente, na comunidade escolar (ARRUDA & CASTANHO, 2015).

Alguns alunos com deficiência precisam de atendimento especializado. No entanto, esse atendimento não significa restrição ao mesmo ambiente que os demais educandos; ao contrário, esse atendimento deve ser bem definido e funcionar como um currículo à parte, oferecendo subsídios para que os alunos possam aprender conteúdos específicos a cada deficiência, concomitantemente ao ensino comum. É o instrumento a ser usado para que a convivência de alunos, com e sem deficiência, seja alcançada na idade própria, ou seja, o mais cedo possível, inquestionavelmente antes da adolescência e da fase adulta (GONZAGA, 2012).

A educação, ainda chamada de "especial" pelo Ministério da Educação, voltada às pessoas com deficiência, tem evoluído significativamente. Isto se deve à adoção de modelos teóricos mais dinâmicos e interativos para a compreensão das perdas funcionais e das possibilidades de desenvolvimento do educando com deficiências. Desta forma, a deficiência não é mais vista como algo inerente ao sujeito, mas sim como resultado de um desajuste do mesmo aos ambientes onde é convocado a participar (ARRUDA & CASTANHO, 2014).

No Brasil, em 2016, segundo dados calculados a partir do censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 82% dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades estão incluídos em classes regulares. 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência incluídos em escolas regulares. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%. Dessa forma, é possível perceber que a porcentagem de crianças com deficiência incluídas na escola vem aumentando, e junto com ela surgem

desafios no âmbito escolar, não focando apenas no processo de ensino e aprendizagem. Apenas 29,9% das creches têm banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, e 24,6% das creches têm dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Enquanto nas escolas que oferecem os anos iniciais, banheiro adaptado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida está disponível em 33% das escolas. Em relação à adequação das vias e dependências para o mesmo público, o percentual é de 25,8% (INEP, 2017).

Hoje, no Brasil, as pessoas com deficiência têm seus direitos reconhecidos, e sabe-se que tais estão previstos na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009), na Constituição Federal (1998), na Lei de Diretrizes e Bases na Educação - LDB (1996), como também no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Tal contexto mostra que pessoas com deficiência estão amparadas legalmente.

Porém, garantir vagas para as crianças com deficiência no ensino regular não é garantia que elas estejam, de fato, incluídas. Embora a inclusão tenha evoluído significativamente, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para a efetivação deste processo. Desta forma, justifica-se a relevância da presente pesquisa. Objetivou-se investigar as dificuldades para a efetiva inclusão de crianças com deficiência na escola regular.

Metodologia

A metodologia do presente trabalho constou em uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão integrativa, que é um método de revisão específica que visa reunir e resumir estudos já produzidos sobre a temática investigada. Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103) descrevem como sendo

A mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular.

Entende-se, portanto que devido ao caráter integrativo da pesquisa, é possível explicar de forma bem fundamentada e com uma linguagem simples e objetiva de conceitos ou teorias, a fim de facilitar a leitura de pessoas leigas.

Para a produção da revisão integrativa, Souza, Silva e Carvalho (2010) apontam seis etapas, sendo a primeira uma elaboração da pergunta norteadora que tem como função determinar como se dará toda a pesquisa, como por exemplo, quais serão os critérios de inclusão, os métodos para busca das informações que serão coletadas. A segunda fase é a de busca ou amostragem na literatura que deve ser ampla e diversificada. A coleta de dados se dá na terceira fase, com o objetivo de “assegurar que a totalidade dos dados relevantes seja extraída, minimizar o risco de erros na transcrição, garantir precisão na checagem das informações e servir como registro”. (p. 104). A quarta fase ocorre uma análise crítica dos estudos incluídos. Durante a quinta fase, a partir da interpretação e síntese dos resultados, há uma discussão dos resultados. E por último, na sexta fase a revisão deve ser apresentada de forma clara e completa para permitir ao leitor avaliar criticamente os resultados.

Para a realização do mesmo, recorreu-se às seguintes bases de dados: BVS, Pepsic, Periódicos Capes e Scielo. Os descritores utilizados foram: inclusão, criança com deficiência, deficiência, pessoa com deficiência, educação, educação inclusiva, crianças.

Foram excluídos os artigos meramente descritivos ou em outro idioma, os que foram publicados antes de 2012, que se referiam à inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho ou nos serviços de saúde e os trabalhos referentes à pessoa com deficiência em idade adulta. Os critérios de inclusão foram: artigos em português, publicados entre 2012 e 2017 e que abordavam a inclusão da criança com deficiência na escola.

Foram encontrados 300 artigos nas bases de dados; destes, 37 artigos eram na BVS, 61 na Pepsic, 150 na Periódicos Capes e 52 na Scielo. Estes passaram pela leitura do título e do resumo do artigo para verificar se o mesmo tratava do assunto pesquisado. Após este procedimento, ocorreu a análise criteriosa dos dados, verificando se os mesmos respondiam à pergunta do estudo, chegando a 15 artigos (3 na BVS, 3 na Pepsic, 5 na Periódicos Capes e 4 na Scielo) que preenchiam os critérios de inclusão.

A amostra passou pela análise temático-categorial, que é uma descrição analítica, segundo procedimentos sistemáticos e objetivos na descrição do conteúdo das mensagens (OLIVEIRA, 2008). A codificação é uma forma de indexar ou categorizar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele (GIBBS, 2009)

Resultados e Discussão

Foram analisados 15 artigos na íntegra, sendo 10 qualitativos, 3 estudos de caso e 2 quali-quantitativos.

O resumo da seleção dos artigos de acordo com as bases de dados utilizadas encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1: Seleção de artigos de acordo com as bases utilizadas.

Bases de dados	Nº de artigos encontrados	Nº de artigos selecionados	Nº de artigos incluídos
BVS	37	6	3
Pepsic	61	8	3
Periódicos Capes	150	12	5
Scielo	52	10	4
Total	300	36	15

Sobre a área de conhecimento dos estudos incluídos, observou-se que a maioria dos estudos saiu de departamentos de Psicologia, Pedagogia e Enfermagem.

Em relação ao ano de publicação dos artigos, percebe-se maior destaque durante 2012 e 2016. O presente estudo abrangeu publicações com oito artigos no ano de 2012, dois em 2013, sete em 2014, sete em 2015, oito em 2016 e quatro em 2017.

Os artigos selecionados estão sistematizados na Tabela 2.

Tabela 2: Disposição de artigos selecionados conforme ano, título, periódico, área, localização e tipo de estudo.

Nº	Procedência	Ano	Título	Autores	Publicação
1	Scielo	2017	A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física	Carolina Cangemi Gregorutti, Mariana Dutra Zafani, Sadao Omote e Luciana Ramos Baleotti	Revista Brasileira de Educação Especial
2	Scielo	2017	Compreendendo o processo de Inclusão Escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa	Naiane Cristina Silva e Beatriz Girão Enes Carvalho	Revista Brasileira de Educação Especial
3	Scielo	2016	Estratégias adotadas pelos pais na vivência da escolarização de filhos adultos e crianças com deficiência	Hilda Rosa Moraes de Freitas Rosário e Simone Souza da Costa e Silva	Revista de Enfermagem Referência
4	Periódicos Capes	2016	Conhecimento, trabalho docente e escola inclusiva	Anna Maria Lunardi Padilha e Ivone Martins Oliveira	Jorsen
5	Periódicos capes	2016	Direito à educação das pessoas com transtorno do espectro do autismo	Renata Flores Tibyrica	Revista Jorsen
6	Pepsic	2015	A inclusão de alunos deficientes mentais em escolas regulares: sentidos produzidos por professoras de escolas regulares e especial	Arruda e Castanho	Construção Psicopedagógica
7	Pepsic	2015	Neurociência e o déficit intelectual: aportes para a ação pedagógica	Souza e Gomes	Revista Psicopedagogia
8	Periódicos Capes	2014	Alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de Mossoró-RN	M. F. L. Chagas e F. K. D. Dias	Revista Hollos
9	Pepsic	2014	Educação de jovens e adultos deficientes mentais: reflexões sobre a permanência na escola especial	Arruda e Castanho	Construção Psicopedagógica

Nº	Procedência	Ano	Título	Autores	Publicação
10	Periódicos Capes	2014	O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na educação infantil	Lilian David e Vera Lúcia Messias Fialho Capellini	Nuances: Estudos sobre Educação
11	Periódicos Capes	2013	A utilização de Tecnologia Assistiva na vida cotidiana de crianças com deficiência	Renata Cristina Bertolozzi Varela e Fátima Corrêa Oliver	Ciência & Saúde Coletiva
12	BVS-PSI	2012	A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso	Alves e Duarte	Movimento
13	Scielo	2012	Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações	Maria Emília Pires Briant e Fátima Corrêa Oliver	Revista Brasileira de Educação Especial
14	BVS-PSI	2012	Psicologia e inclusão escolar: reflexões sobre o processo de subjetivação dos professores	Gomes e Souza	Psicologia Ciência e Profissão
15	BVS-PSI	2012	Um estudo bioecológico das relações de amizade em sala de aula inclusiva	Faciola, Pontes e Silva	Estudos e Pesquisas em Psicologia

Além da caracterização do estudo, foi realizada uma análise detalhada dos artigos que foram divididos em duas categorias, intencionando mostrar o apanhado da compreensão de quais as principais dificuldades e facilitadores no processo de inclusão escolar. As categorias elaboradas foram intituladas como: I. Problemas para a inclusão efetiva; II. Ações facilitadoras da efetiva inclusão.

1. Problemas para a inclusão efetiva

Ainda encontram-se algumas barreiras à educação inclusiva: falta de preparação dos profissionais, ausência ou inexistência de materiais ou recursos. Sendo assim, há uma discrepância entre o que a constituição e as políticas educacionais garantem e a realidade (estrutura física,

organizacional e profissional). Isto gera um impedimento ao avanço da inclusão, resultando em escolas descomprometidas e até excludentes (GOMES & SOUZA, 2012).

A participação da família no processo de inclusão da criança com deficiência na escola regular é de grande importância, e segundo Gregorutti, Zafani, Omote e Baleotti (2017) uma das barreiras da participação da família é a falta de diálogo entre família e escola. A literatura sugere que haja uma postura de acolhimento e escuta e orientações direcionadas dos profissionais em relação a família e seus sentimentos que sirva de suporte às necessidades da criança com deficiência (DAVID & CAPELLINI, 2014). É de suma importância que a família seja informada em relação a toda e qualquer alteração na rotina escolar da criança, como por exemplo, uma alteração na tarefa de casa (TF), como também seja instruída sobre o seu papel no auxílio à criança nas tarefas que contribuam para a sua autonomia. A frequência e a quantidade de envio de tarefa, o objetivo que se pretende alcançar com a sua realização pela criança são outros aspectos que podem compor a comunicação entre escola e família segundo a literatura (PADILHA & OLIVEIRA, 2016)

O nível de formação pessoal e profissional, e de experiência com a inclusão é outra dificuldade bastante mencionada encontrada no trabalho com crianças com deficiência (GREGORUTTI, ZAFANI, OMOTE & BALEOTTI, 2017; PADILHA & OLIVEIRA, 2016; SILVA & CARVALHO, 2017). O despreparo de conhecimento necessário para vencer as dificuldades oriundas da prática com pessoas com deficiência (PcDs), torna-se um empecilho para a transmissão de conhecimento. Este despreparo não é só oriundo da falha de sua formação, como também das especificidades da educação especial, além da diversidade cultural inerente aos modos de agir. David e Capellini (2014) sugerem a importância e a necessidade de formação continuada para os professores, a fim de fazê-los ter clareza sobre a deficiência e suas implicações, além de ressaltar que esta é uma forma de instrumentalizar os educadores a lidar com as necessidades educacionais diferenciadas destes alunos. É importante ressaltar que apenas a orientação formal, seja por meio de cursos ou eventos, não é por si só suficiente para que o professor consiga incluir a criança com deficiência. Ao lidar com a criança com deficiência, faz-se necessário empatia e pensamento crítico, para que estes possam interpretar a realidade da qual fazem parte (BRIANT & OLIVER, 2012).

Outra característica geradora de problemas no ensino regular é o alto número de alunos por turma, sendo geralmente apenas um professor para lidar com as necessidades de todas as crianças, inviabilizando o processo de ensino e aprendizagem (BRIANT & OLIVER, 2012; ROSÁRIO & SILVA, 2016; TIBYRIÇA, 2016). Chagas e Dias (2014), através de um estudo descritivo e prospectivo realizado em escolas

públicas e privadas de Mossoró-RN, afirmou que não há muita diferença entre tais referente a superlotação de salas de aula. Enfatizam a importância de considerar a especificidade de cada um, individualmente e em grupo.

Outra dificuldade frequentemente encontrada na literatura está relacionada às barreiras arquitetônicas e institucionais muitas vezes encontradas, como a falta de acessibilidade, tanto física quanto pedagógica. Os artigos incluídos corroboram com a literatura ao afirmarem que é necessário planejamento em conjunto, integrando professores, coordenadores, diretores, psicólogos, assistentes gerais, ou seja, a constituição de práticas interdisciplinares a fim de adequar as práticas pedagógicas para a criança com deficiência. (BRIANT & OLIVER, 2012; ROSÁRIO & SILVA, 2016; SILVA & CARVALHO, 2017; VARELA & OLIVER, 2013).

2. Ações facilitadoras da efetiva inclusão

Chagas e Dias (2014) elencam a importância do trabalho em conjunto e a conscientização da sociedade como ações facilitadoras de uma melhora na qualidade do ensino-aprendizagem, além de promover a integralização da criança no meio social. A formação de uma rede de apoio dentro da própria escola aparece como uma ação fundamental, caracterizada pelo planejamento e adequação às práticas que por muitas vezes são excludentes. (BRIANT & OLIVER, 2012).

Outra estratégia é a formação continuada ou melhor orientação aos professores, que possibilite a prática no atendimento às necessidades educativas desses alunos. Porém, não de nada adianta que o professor tenha várias formações se este não consegue enxergar o aluno a sua frente, se não consegue ouvir suas demandas, ou mesmo pensar criticamente (PADILHA & OLIVEIRA, 2016).

Por último, a implementação de recursos e equipamentos de tecnologia assistiva (TA) podem ser uma importante estratégia de superação de barreiras. Porém, é de suma importância, segundo Varela e Oliver, compreender que a utilização de tais recursos não representa necessariamente autonomia e independência e se efetiva na relação da criança com outras pessoas. Além de que as características de um equipamento nem sempre atendem a todas as necessidades de seu usuário, fazendo da relação da criança com as tecnologias assistivas dinâmica, mudando em função do seu desenvolvimento e do ambiente.

Não foram encontrados artigos que firmassem a importância da figura do psicólogo na escola, mesmo sendo de suma importância que este profissional ocupe tais espaços, principalmente no planejamento e adequação das práticas educativas.

Conclusão

De acordo com os dados colhidos, observou-se que há uma significativa produção nacional acerca da inclusão da criança com deficiência no ensino regular. A metodologia adotada, pesquisa qualitativa do tipo revisão integrativa, atendeu de forma satisfatória aos interesses do presente trabalho.

Foram encontrados diversos obstáculos para a efetiva inclusão da criança com deficiência na escola regular; falta de preparação por parte dos profissionais da educação, barreiras físicas, ausência de recursos de tecnologia assistiva, garantia do acesso da criança com deficiência à escola sem a devida preocupação com a socialização da mesma, ausência de diálogo entre família e escola e salas de aula com número exacerbado de alunos.

É válido ressaltar que notou-se uma carência de literatura no que concerne à presença do psicólogo escolar como figura atuante no processo de inclusão. A Psicologia, inegavelmente, pode contribuir como área de conhecimento para a consolidação do ensino inclusivo, adotando uma prática fundamentada na noção de compromisso social.

Embora o processo de inclusão da criança com deficiência no ensino regular ainda tenha muitas barreiras em seu caminho, pode-se observar que a legislação vigente busca garantir este direito. A porcentagem de crianças incluídas já aumentou significativamente. A adoção de modelos mais dinâmicos cujo postulado afirma que a deficiência reflete-se num desajuste do sujeito ao meio onde é convocado a atuar quando esse meio não se adapta ou não é empático às suas limitações funcionais, tem contribuído para uma mudança na visão da sociedade acerca da deficiência. Atualmente, no paradigma de inclusão, não é a pessoa com deficiência que precisa se adaptar para ser aceita, mas essa sociedade que tem que se flexibilizar para acolhê-lo, dando-lhes igualdade de oportunidade, para que se desenvolva como quaisquer outras pessoas.

Diante da complexidade do exposto, são necessárias mais pesquisas nesta área, visto que as pessoas com deficiência representam uma parcela significativa da população e devem ter seus respectivos direitos efetivamente assegurados.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br

Referências

- ARRUDA, Irene Vicente de; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Educação de jovens e adultos deficientes mentais: reflexões sobre a permanência na escola especial. **Construção psicopedagógica**, v. 22, n. 23, p. 59-71, 2014.
- ARRUDA, Irene Vicente de; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Inclusão de alunos deficientes mentais em escolas regulares: sentidos produzidos por professoras de escolas regulares e especial. **Construção psicopedagógica**, v. 23, n. 24, p. 20-40, 2015.
- ASSEF FACIOLA, Rosana; RAMOS PONTES, Fernando Augusto; SOUZA DA COSTA SILVA, Simone. Um estudo bioecológico das relações de amizade em sala de aula inclusiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 1, 2012.
- BRASIL. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> (acesso em: 31 Ago 2017).
- BRASIL. (1990) Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm> (acesso em: 31 Ago 2017).
- BRASIL. (1996) Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> (acesso em: 31 Ago 2017).
- BRASIL. (2009) Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. 'Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.' <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm> (acesso em: 31 Ago 2017).
- BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.18, n.1, p. 141-154, Jan.-Mar., 2012.
- CHAGAS, M. F. L; DIAS, F. K. D. Alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de Mossoró-RN. **Hollos**, v. 30, n. 5, 2014.
- DAVID, L; CAPELLINI, V. L. M. F. O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na educação infantil. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 25, n.2, p. 189-209, Maio/Agosto 2014.
- GIBBS, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- GONZAGA, E. A. **Direitos das pessoas com deficiência**: garantia de igualdade na diversidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2012.
- GOMES, Claudia; TREVISAN DE SOUZA, Vera Lucia. Psicologia e inclusão escolar: reflexões sobre o processo de subjetivação de professores. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 32, n. 3, 2012.
- GREGORUTTI, C. C. et al. A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 2, p. 233-244, Jun 2017.
- INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). Notas Estatísticas: Censo Escolar 2016. Brasília - DF. fevereiro
- OLIVEIRA, D. C. de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Rev. Enf. UERJ*, Rio de Janeiro, 2008, out/dez: 16(4): 569-576
- PADILHA, N. M. P; OLIVEIRA, I. M. Conhecimento, trabalho docente e escola inclusiva. *Jorsen*, v. 16, n. 1, p. 318-322, 2016.
- ROSÁRIO, H. R. M. de F.; SILVA, S. S. da C. e. Estratégias adotadas pelos pais na vivência da escolarização de filhos adultos e crianças com deficiência. *Revista de Enfermagem Referência*, v. 4, n. 11, Out. – Dez., 2016.
- SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.23, n.2, p.293-308, Abr.-Jun., 2017.
- SOUZA, Marlene Cabral de; GOMES, Claudia. Neurociência e o déficit intelectual: aportes para a ação pedagógica. **Revista Psicopedagogia**, v. 32, n. 97, p. 104-114, 2015.
- TANURE ALVES, Maria Luíza; DUARTE, Edison. A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso. **Movimento**, v. 18, n. 3, 2012.
- TIBYRIÇÁ, R. F. Direito à educação das pessoas com transtorno do espectro do autismo. **Jorsen**, v. 16, n. 1, 2016.
- VARELA, R. C. B.; OLIVER, F. C. A utilização de tecnologia assistiva na vida cotidiana de crianças com deficiência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n.6, p1773-1784, 201